

1 **Ata 02/2021** – No terceiro dia do mês de março de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta
2 minutos, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**
3 de forma on-line, via aplicativo Google Meet, para **Reunião Ordinária**, contando com a
4 presença dos seguintes conselheiros/as da gestão 2019-2021: Rachel Lucia Hech, Rosiany
5 Favareto, Carla Patrícia Radtke, Marília Borges Leite, Angela Silvana Kolberg, Sandra Inês
6 Reisdorfer Kopeginski, Debora Lucia Schmid Kowalski, Márcia Franciele Spies, Suzamar
7 Stéfani Jandrey Dorfschmidt, Erica Regina Luna Pereira Macedo, Marli Bombardelli, Douglas
8 Eduardo Gonçalves, Cristiane Carla Konno, Lisiane Kieling, Jaqueline Fernanda Machado,
9 Vera Lúcia Dal Magro Adami, Elisabeth Melania Adami Reolon, Maria Inês Borges Mânica,
10 Bruna Tereza Pereira, Márcia Cristina Dreher Longen, Keila Daniela Mariano Bet, Bruna dos
11 Santos Paulo, Rosali Maria Masiero de Campos e Rose Marie Lima Dall'Oglio. Também
12 registra-se a presença da Secretária de Assistência Social e Proteção à Família, senhora
13 Solange Silva dos Santos Fidelis, e ainda, a presença virtual de 14 acadêmicas do Curso de
14 Serviço Social da UNIOESTE que fazem parte do Núcleo Temático de Assistência
15 Social/SUAS, sendo elas: Gabriella Lô dos Santos, Andressa Caroline de Lima, Juliane Pagno
16 Gurski, Luiza Gabriella Tressoldi, Eduarda Mânica, Leticia Milena Tomadon, Suellen Caroline
17 Filipon, Mariana Isabela Cecílio, Leticia Strossi de Oliveira, Esther Cardoso, Keli Ana, Lara
18 Gouveia Studzinsky, Sara da Rosa da Cruz e Tatiana de Souza, que participaram da reunião
19 como ouvintes. A fim de registro, justificaram ausência as seguintes conselheiras: Isabel
20 Cristina dos Santos Marques, Juliana Amilca Alves da Cruz, Carla Fabiana Poltronieri Gouveia
21 e Alicia Glassi Lamb. A Presidente do CMAS, senhora Rachel Lúcia Hech, inicia à reunião on-
22 line cumprimentando a todos os conselheiros/as, após apresenta os pontos de **PAUTA** da
23 reunião sendo: **a)** Deliberar sobre a Ata nº 01/2021 – CMAS; **b)** Apresentação e deliberação
24 sobre a proposta de execução do Projeto Conviver; **c)** Apresentação e deliberação sobre o
25 Plano de Ação do Cofinanciamento estadual – Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS
26 IV – Acolhimento Institucional. **INFORMES:** **a)** Processo Eleitoral para a escolha de novos
27 representantes das organizações dos trabalhadores do setor da Política de Assistência Social;
28 **b)** Alteração de representantes no segmento Entidades Prestadora de Serviço de PSB; **c)**
29 Ofício nº 209/2021-PROEDUCA recebido; **d)** Carta aberta à comunidade de Toledo sobre
30 atendimentos do Albergue Allan Kardec; **e)** Convite para participação da audiência pública on-
31 line do Plano Plurianual 2022-2025; **f)** Lembrete sobre o protocolo do Relatório Descritivo e
32 Plano de Ação; **g)** Informes da Secretaria Municipal de Assistência Social e Proteção à
33 Família. A Presidente solicita aos conselheiros se alguém tem algum ponto a ser incluso na
34 pauta, sendo que não houve, então coloca a pauta para aprovação, a qual foi aprovada por

35 todos. A Conselheira Cristiane Carla Konno pede a fala para cientificar o Conselho que
36 solicitou a Mesa Diretora a possibilidade de participação de 17 acadêmicas do Núcleo
37 Temático de Assistência Social/ SUAS, como ouvintes nas reuniões do CMAS, no período de
38 11 de fevereiro até setembro de 2021, para que possam conhecer o Conselho Municipal como
39 espaço democrático de controle social, seu funcionamento e dinâmica interna, bem como, a
40 rede de serviços no âmbito do SUAS; então justifica que foi concedida esta autorização pela
41 Mesa Diretora, e sendo assim, informa que as discentes participarão das reuniões on-line a
42 partir da reunião do mês de março. **Item A da pauta – Deliberar sobre a Ata nº 01/2021 –**
43 **CMAS:** A Presidente Rachel argumenta que a ata foi enviada por e-mail, e caso algum
44 conselheiro tenha alguma observação a fazer que possa se manifestar; então a Secretária
45 Executiva informa que recebeu uma observação por parte da Conselheira Suzamar, a qual
46 pedia para acrescentar a letra “s” na palavra Política na linha 49, e que o correto é “Políticas”;
47 então foi feita a correção. Não havendo outras observações, a Presidente coloca em votação
48 a aprovação da Ata nº 01/2021, sendo aprovada por todos os conselheiros. **Item B da pauta –**
49 **Apresentação e deliberação sobre a proposta de execução do Projeto Conviver:** A
50 Diretora do Departamento de Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade –
51 Marília Borges Leite, contextualiza que no ano de 2016 foi sancionada a Lei “R” nº 147 de 15
52 de dezembro de 2016 a qual dispunha sobre a instituição do Projeto Conviver no âmbito das
53 entidades de Acolhimento Institucional do Município de Toledo, a Diretora faz a apresentação
54 da referida lei, explica as modalidades existentes dentro do Projeto, que são os dois tipos de
55 apadrinhamento que estavam estruturados, sendo o afetivo e o colaborador; e aclara que este
56 apadrinhamento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional está previsto no
57 ECA. Marília discorre que no ano de 2018 a Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e
58 Comunitária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA),
59 elaborou o Plano de execução do Projeto Conviver, o qual foi apresentado e aprovado no
60 CMDCA, porém o cronograma previsto na época não foi cumprido; e por este motivo, o Juiz
61 da Vara da Infância e da Juventude do município de Toledo, solicitou informações a respeito
62 do Projeto Conviver no início do ano de 2020; então, as equipes técnicas dos acolhimentos, e
63 o apoio técnico do Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes –
64 SAICA, junto a direção do Departamento de Proteção Social Especial que atuava no ano
65 passado, se debruçaram sobre a Lei e o Projeto, revisaram ambos, e pontuaram o que
66 precisava ser modificado e o que precisava de adaptações, e ainda, elaboraram um novo
67 cronograma para a execução do projeto. A Diretora aclara que o projeto foi repensado
68 principalmente pelo motivo de que a versão aprovada no ano de 2018 condicionava que a

69 implantação e a execução se desse a partir do momento em que houvesse equipe técnica
70 mínima, formada pelos profissionais (Assistente Social, Psicólogo e Assistente em
71 Desenvolvimento Social) para atuar exclusivamente no projeto; e tendo em vista que não
72 poderá haver contratações até o mês de dezembro de 2021, o mais viável foi reestruturá-lo de
73 uma maneira que pudesse ser executado com as equipes já existentes. Explica que a
74 proposta inicial é a mudança do nome, de “Projeto Conviver” para “Programa Conviver”; e
75 dentro deste programa serem desenvolvidos dois projetos, sendo: 1- Conviver Colaborador e
76 2- Conviver Afetivo. Para os conselheiros entenderem de uma melhor forma, Marília esclarece
77 que o Projeto Conviver Colaborador tem como ideia central o suporte financeiro, por meio de
78 contribuição depositada em conta poupança, custeio para formação educacional ou
79 profissional, entre outros tipos de custeios, em resumo seria isso; Já o Projeto Conviver
80 Afetivo o objetivo é desenvolver estratégias e ações que possibilitem e estimulem a
81 construção e manutenção de vínculos afetivos individualizados e duradouros entre crianças e/
82 ou adolescentes abrigados e padrinhos/madrinhas voluntários, para além do abrigo. A mesma
83 destaca que o cronograma de execução foi pensado para que o Programa Conviver possa
84 começar a ser executado já neste ano, e a princípio pelo Projeto Conviver Colaborador, para
85 que o segundo projeto possa ser estudado mais a fundo, e pensado em uma melhor forma de
86 execução, devido este ser bem mais complexo na prática. A Diretora frisa ainda, que esta
87 mesma proposta foi levada também para o conhecimento e análise do Judiciário, que
88 compreendeu e se manifestou favorável a nova proposta de execução. Diante da necessidade
89 de aprovação desta nova proposta por este Conselho é que foi trazido este ponto, para o
90 conhecimento e deliberação da plenária. Após a apresentação, alguns conselheiros
91 manifestaram dúvidas, e todas foram sanadas pela representante da Proteção Social
92 Especial. Por conseguinte, a Presidente Rachel coloca em votação a proposta de execução
93 do Programa Conviver que foi apresentada, sendo que foi aprovada pelos conselheiros. **Item**
94 **C da pauta – Apresentação e deliberação sobre o Plano de Ação do Cofinanciamento**
95 **estadual – Piso Paranaense de Assistência Social – PPAS IV– Acolhimento**
96 **Institucional:** A Diretora de Gestão do SUAS – Rosiany Favareto contextualiza que Toledo
97 possui três casas abrigo, as quais são serviços governamentais, e cada uma dessas casas
98 tem capacidade de atendimento de até vinte crianças e adolescentes; e que este
99 cofinanciamento estadual prevê trinta metas. Na sequência apresenta do Plano de Ação, cita
100 que o valor previsto é de R\$ 90.000,00, dividido em 12 parcelas de R\$ 7.500,00; o valor citado
101 somado ao repasse do Fundo Nacional – FNAS e mais os recursos próprios municipais,
102 somam um valor total previsto de R\$ 565.452,69. Explana que a pretensão descrita no Plano

103 é que sejam adquiridos materiais de consumo, serviços terceirizados e equipamentos
104 permanentes, como lavadoras de roupas e secadoras; menciona ainda que após a utilização
105 do recurso sempre é feita a prestação de contas também para ciência do Conselho. A Diretora
106 sana alguns questionamentos que surgiram referente ao ponto; após a Secretária de
107 Assistência Social senhora Solange aclara que este recurso foi fruto do processo de
108 reordenamento dos serviços de alta complexidade a anos atrás, e devido à ausência do
109 estado no cofinanciamento, o Conselho Nacional de Assistência deliberou que o governo do
110 estado poderia cofinanciar cinquenta por cento do valor que o governo federal cofinanciaria; a
111 mesma relata ainda para ciência dos presentes que o valor apresentado não é o valor integral
112 que é gasto, pois o custo dos acolhimentos é muito superior ao valor apresentado. Isto posto,
113 a Presidente coloca em votação o Plano de Ação do Cofinanciamento estadual – PPAS IV–
114 Acolhimento Institucional, sendo aprovado pela plenária. **Item A dos informes – Processo**
115 **Eleitoral para a escolha de novos representantes das organizações dos trabalhadores**
116 **do setor da Política de Assistência Social:** A Presidente Rachel argumenta que a
117 Comissão Organizadora do Processo Eleitoral montou o Edital para a eleição complementar
118 de representantes do setor, menciona que a votação será por meio de plataforma virtual, em
119 razão da pandemia, e então apresenta a plenária o cronograma com as datas e prazos que
120 será seguido até o final da eleição; a mesma ainda alega que o SerToledo é a única
121 organização de trabalhadores no momento que pode se habilitar, por estar com a
122 documentação requisitada toda completa; então todos/as os/as trabalhadores/as do Sistema
123 Único de Assistência Social - SUAS vinculados a este sindicato poderão se candidatar para
124 esta eleição complementar. A Conselheira Jaqueline Fernanda Machado faz alguns
125 apontamentos sobre as fragilidades encontradas no Regimento Interno do CMAS em relação
126 aos candidatos/as para a vaga no setor de trabalhadores/as do SUAS, principalmente por
127 estar previsto que estes/as residam no município de Toledo; e também em relação aos
128 trabalhadores/as da rede não governamental por não terem como se candidatar neste
129 segmento, então aponta que se faz necessário uma revisão, até mesmo antes da próxima
130 eleição, para ajustar essas questões e poder possibilitar uma maior participação dos/as
131 trabalhadores/as do SUAS. **Item B dos informes – Alteração de representantes no**
132 **segmento Entidades Prestadora de Serviço de PSB:** A Presidente informa sobre a
133 abstenção do ponto, visto que a entidade entrou em contato e disse que não mais faria a al
134 teração. **Item C dos informes – Ofício nº 209/2021-PROEDUCA recebido:** A Presidente
135 discorre que o ofício em questão foi recebido no dia 22/02/2021, e este requisita uma remessa
136 de cópias de atas, resoluções, documentos e outras considerações realizadas entre os anos

137 de 2016 a 2021, referente a demanda reprimida existente nos CREAS de Toledo; então
138 justifica que está sendo feito o levantamento dessas informações e na próxima reunião deste
139 Conselho este assunto entrará como ponto de pauta para conhecimento de todos/as. **Item D**
140 **dos informes – Carta aberta à comunidade de Toledo sobre atendimentos do Albergue**
141 **Allan Kardec:** A Presidente Rachel relata que o CMAS recebeu no dia 12/02/2021 uma carta
142 aberta a comunidade de Toledo, a qual informa sobre o retorno dos atendimentos do Albergue
143 Noturno Allan Kardec (Casa de Passagem), então faz a leitura da carta na íntegra para
144 ciência dos/as conselheiros/as. A mesma menciona que junto a carta também veio o
145 Regimento Interno do Albergue e pelo que pode observar a concepção continua a mesma de
146 antes do fechamento, acrescentando apenas o “Casa de Passagem”. Então, a sugestão
147 pensada seria minimamente acompanhar e monitorar a execução do serviço prestado;
148 relembra aos presentes que o Albergue não possui mais inscrição no CMAS desde o ano de
149 2018, e para que possam solicitar um novo registro, a instituição deve necessariamente estar
150 executando o serviço a mais de dois anos, e dentro dos parâmetros descritos na Tipificação
151 Nacional de Serviços Socioassistenciais. Após ampla discussão sobre como fazer um
152 monitoramento tendo em vista que o Albergue não conta com inscrição neste Conselho, foi de
153 comum acordo entre os presentes primeiramente recompor a mesa diretora e as comissões
154 de trabalho do CMAS, e posteriormente avaliar uma melhor estratégia para fazer este
155 acompanhamento. A Conselheira Jaqueline pondera que estamos em um momento que é
156 extremamente necessário defender o SUAS e tudo que preconiza a tipificação, para garantir
157 que os serviços de fato sejam de assistência social conforme prevê a legislação nacional,
158 então é fundamental que este Conselho tenha um olhar atento para esta situação e que acima
159 de tudo se garanta os direitos da população em situação de rua, para que a Política de
160 Assistência Social funcione de forma efetiva no município de Toledo. A Conselheira Maria
161 Inês Borges Mânica também solicita a palavra, e discorre resumidamente o processo até o
162 registro do Albergue no CMAS, relata que o informe sobre a suspensão dos atendimentos na
163 entidade também foi recebido por meio de Carta Aberta no ano de 2018, passados seis
164 meses após a interrupção dos atendimentos a inscrição da entidade foi cancelada neste
165 Conselho, conforme prevê a resolução nº 25/2012-CMAS e a equipe do serviço foi orientada
166 tecnicamente sobre os motivos deste cancelamento baseando-se na resolução já citada; por
167 fim, a mesma diz entender da importância do serviço, mas que de fato é necessário que
168 passem pelo mesmo processo que todas as outras entidades não governamentais, que
169 passam pelo processo legal rigorosamente todos os anos para manterem suas inscrições no
170 CMAS. Para concluir o assunto em questão, a Secretária de Assistência Social contextualiza

171 historicamente para uma melhor compreensão, que no ano de 2011 iniciou-se um processo
172 de reordenamento dos serviços do município, para que aqueles já existentes pudessem se
173 adequar as diretrizes do SUAS, então foi feito um movimento intenso e amplo com toda a rede
174 governamental e não governamental para que essa readequação fosse concretizada. Sobre o
175 Albergue, informa que há um dossiê sobre as diversas intervenções que foram realizadas,
176 tanto pelo Conselho quanto pela Secretaria de Assistência e órgão gestor, onde contém
177 comprovações de diversas conversas, capacitações, auxílios na construção de planos, tudo
178 isso para que de fato o Albergue se adequasse a modalidade de Casa de Passagem, então
179 afirma que houve grande esforço por parte da Secretaria e do CMAS para esta adequação,
180 mas que infelizmente é notável que há uma resistência da equipe da entidade em
181 compreender este processo e aceitar que a execução do serviço seja readequada ao modelo
182 de Casa de Passagem; aclara que em momento algum este Conselho foi omissos, e por vezes
183 emitiu parecer favorável a manutenção da inscrição da entidade, e posteriormente cobrava as
184 adequações necessárias, fiscalizava, orientava, então o que estava ao alcance do Conselho
185 foi feito. A mesma relata ainda que logo que foi implantada a lei que estabelece o
186 Chamamento Público para cofinanciamento, o qual ocorre até hoje, a entidade em questão
187 não apresentou nenhuma vez a documentação exigida, nem propostas voltadas a assistência
188 social, ficando subentendido que não possuíam interesse no recurso público. Portanto foi uma
189 decisão da entidade em não se adequar, e não cumprir com as exigências para se tornar
190 Casa de Passagem; e esclarece que caso a entidade futuramente pretenda requisitar recurso
191 público, deverão cumprir com todos os critérios exigidos no processo de chamamento público,
192 assim como todas as outras entidades. Mediante ao contexto sobre atendimentos a pessoas
193 em situação de rua a Conselheira Jaqueline Fernanda Machado pondera que seria
194 interessante trazer ao conhecimento do Conselho sobre como está funcionando os
195 atendimentos a este público neste momento de pandemia, especialmente a partir da
196 implantação do Alojamento Provisório, e também relatar a plenária sobre as ações que o
197 município está desenvolvendo neste sentido. Sendo a proposta de comum acordo entre os
198 presentes, o assunto ficou para ser pautado na próxima reunião ordinária do CMAS. **Item E**
199 **dos informes – Convite para participação da audiência pública on-line do Plano**
200 **Plurianual 2022-2025:** A Presidente relata que o CMAS recebeu o ofício circular nº 001/2021
201 do Gabinete do Prefeito informando que neste ano em decorrência da pandemia todo o
202 processo para elaboração da Lei do Plano Plurianual (PPA) será feita exclusivamente pela
203 internet, e no dia 30/03/2021 às 16h00 será realizada uma audiência pública em formato on-
204 line, respeitando o princípio da transparência; e toda a sociedade poderá participar através do

205 link disponibilizado no site da Prefeitura; menciona ainda que quem tem interesse em fazer
206 sugestões nas diversas áreas que envolvem gastos públicos municipais, poderão assim o
207 fazer, através de um formulário eletrônico disponível também no site da Prefeitura. **Item F dos**
208 **informes – Lembrete sobre o protocolo do Relatório Descritivo e Plano de Ação:**
209 Seguidamente a mesma relembra aos presentes sobre a entrega dos Planos e Relatórios ao
210 CMAS até o dia 15/03/2021, e informa que em razão das férias da Secretária Executiva os
211 protocolos deverão ser feitos na sala ao lado, que é a da Vigilância Socioassistencial na
212 SMAS. **Item G dos informes – Informes da Secretaria Municipal de Assistência Social e**
213 **Proteção à Família:** A Secretária de Assistência Social e Proteção à Família – Solange Silva
214 dos Santos Fidelis discorre sobre o item, e o primeiro informe que faz é referente ao Plano
215 Plurianual (PPA), então relata que a secretaria iniciará o processo de discussão para
216 construção do Plano, as propostas serão elaboradas a partir do plano de governo da atual
217 gestão, e, da análise das deliberações da conferência municipal; aclara que certamente será
218 necessário chamar uma reunião extraordinária do CMAS para que a proposta seja
219 apresentada integralmente e deliberada por este Conselho. Seguidamente informa que no ano
220 passado foi criada uma comissão intersetorial para pensar em planos de contingência para o
221 retorno das atividades presenciais na área da educação, e que neste ano a Secretaria de
222 Assistência Social conseguiu uma cadeira nesta comissão, então a representante titular na
223 comissão é a Diretora de Proteção Social Básica – Camila Taiara Perachi, e a suplência ficou
224 a cargo da Maria Inês Borges Mânica representando as entidades não governamentais;
225 pondera que a participação dessas discussões são muito necessárias, para que também
226 sejam elaborados planos de contingência com as adequações necessárias, para ir
227 construindo o processo gradativo de retorno das atividades presenciais dos serviços de
228 convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) de crianças e adolescentes. Solange informa
229 na sequência, que no ano de 2020 o Tribunal de Contas do Estado fez uma orientação para
230 que fossem revistos alguns investimentos na questão do cofinanciamento da rede não
231 governamental, devido a maioria das entidades estarem prestando seus serviços somente de
232 forma on-line em razão da pandemia, e por esta razão pautou-se que os investimentos não
233 seriam na mesma ordem, então, esta orientação colocava algumas restrições na aplicação
234 dos recursos; Após a realização de várias conversas e mediante a perspectiva de retorno das
235 atividades presenciais, a instrução foi reavaliada e posteriormente foi encaminhada uma nova
236 instrução as entidades, autorizando-as a fazerem os investimentos e adequações
237 necessárias, dentro do que foi previsto nos seus respectivos planos, para que possam dar o
238 andamento necessário aos trabalhos neste ano, e tendo em vista também que as entidades

239 possuem um prazo para finalizar a execução destes recursos. Outro informe repassado pela
240 Secretária foi sobre os entraves que ocorreram com relação a compra do imóvel para sede do
241 CREAS II, mas, que na última semana de dezembro de 2020 foi feita a aquisição de fato, e a
242 localização desta sede será no Jardim Porto Alegre; a mesma relata que a atual gestão da
243 SMAS de pronto fez uma visita ao imóvel, e foram identificadas algumas adequações
244 necessárias para que esta se torne apta para a realização de atendimentos à população, e
245 também para comportar toda a equipe de uma melhor forma; manifesta que os
246 encaminhamentos para que as adequações ocorram já foram feitas, e a previsão para a
247 conclusão destas melhorias é até o final do primeiro semestre do corrente ano. A Secretária
248 traz também para ciência deste Conselho sobre a crescente demanda por cestas básicas nos
249 CRAS a partir do mês de março de 2020, e em média a demanda pelo benefício eventual tem
250 girado em torno de duas mil requisições mensais; explana que no planejamento orçamentário
251 para este ano, havia uma previsão de compra de 700 cestas/mês, e após diálogo com o
252 Prefeito, foi decidido pelo aporte até o mês de julho de 1.400 cestas/mês, expõe que os
253 agendamentos continuam via Call Center, ou, contato direto em um dos seis CRAS do
254 município, e as avaliações da equipe técnica para a concessão do benefício continuarão por
255 hora sendo feitas de maneira remota; justifica que a gestão tem ciência de que esta ampliação
256 de cestas básicas não atende a demanda integralmente, mas, é o que foi possível crescer no
257 momento. Revela que estão sendo feitos estudos pela gestão da SMAS sobre a questão da
258 segurança alimentar e acredita que até o próximo mês será possível divulgar novidades sobre
259 esta questão. Na sequência Solange discorre que a Secretaria de Assistência Social tem
260 estudado a possibilidade de credenciamento de instituições de alta complexidade para
261 acolhimento de pessoas idosas e pessoas com deficiência, explica que Toledo tinha
262 dezesseis metas com a APA para atendimento a pessoas idosas, e que no ano passado no
263 período de pandemia haviam vagas, mas, por conta do processo necessário para receber
264 novos acolhidos pelas exigências necessárias para precaução do Covid-19, houve uma
265 redução para dez metas, e que hoje todas as vagas estão ocupadas; argumenta que estão
266 em um processo de diálogo com a entidade, que está passando por uma reforma e ampliação
267 para uma maior capacidade de público, e posteriormente o município fará uma nova
268 negociação para ampliar o número de metas cofinanciadas para a assistência social; porém, a
269 entidade APA não se apresenta apta para receber algumas situações de grau mais elevado
270 em que há uma maior dependência por parte do acolhido, e por este motivo o município
271 precisa ter outras alternativas para atendimento a este público; Sobre o acolhimento de
272 pessoas com deficiência, a mesma manifesta que há uma maior dificuldade, pois no Paraná

273 há pouquíssimas residências inclusivas; a exemplo, cita aos presentes um caso em que está
274 sendo necessário contatar residências de outros estados para tentar atender a uma demanda
275 do município; então aclara, que se faz necessário avançar no âmbito do município neste
276 sentido, o que declara ser um grande desafio. Sobre o Alojamento Provisório para pessoas
277 em situação de rua, a Secretária discorre que está fazendo um ano desde a sua abertura, e
278 que a estrutura física continua sendo a do Centro Esportivo Aldanir Ângelo Rossoni (CCR),
279 comenta que atualmente o espaço possui uma coordenação exclusiva, e a referência
280 permanece sendo a equipe do abordagem do CREAS II; expõe que esta equipe vai até o
281 alojamento no mínimo duas vezes na semana para fazer atendimentos aos alojados e os
282 encaminhamentos necessários para outras políticas; Solange discorre sobre a diferença entre
283 Casa de Passagem e Alojamento, e expõe que o Alojamento Provisório tem por intuito a
284 questão da acolhida as pessoas em situação de rua, principalmente para prevenção da
285 contaminação e disseminação do novo coronavírus; sendo assim as pessoas que ali estão
286 permanecem isoladas, e só saem na companhia da equipe, exceto claro, aqueles que saíram
287 por vontade própria, por não quererem permanecer naquele local; respondendo a um
288 questionamento sobre a quantidade de pessoas que estão atualmente alojadas, a Secretária
289 menciona que neste momento são 12 pessoas, e a capacidade máxima chegou a 20 alojados;
290 esclarece aos conselheiros/as que este público recebe quatro refeições diárias, sendo café da
291 manhã, almoço, café da tarde e jantar, e que alimentação fornecida tem sido adquirida por
292 meio de licitação; justifica que toda a assistência possível está sendo ofertada para esta
293 população. Após os informes repassados pela Secretária de Assistência Social, a Conselheira
294 Jaqueline solicita como está o andamento do processo de implantação da Casa de Passagem
295 no município; então Solange aclara, que estão sendo estudadas alternativas de espaço, e a
296 ideia é também fazer um processo seletivo simplificado (PSS) para a contratação de equipe;
297 declara ainda que assim que tiver algo mais concreto sem dúvidas repassará as informações
298 ao CMAS. Para finalizar sua fala, a Secretária Solange argumenta que tem muita coisa boa
299 por vir, e sempre na perspectiva da defesa do SUAS. Sem mais assuntos, a Presidente do
300 CMAS, senhora Rachel Lucia Hech encerra a reunião às 10h25min. Nada mais havendo a
301 tratar, eu, Greice Kelly Schröer da Silva, encerro a presente ata, a qual será encaminhada por
302 e-mail aos conselheiros/as, para apontamentos de eventuais retificações, e na próxima
303 reunião ordinária deste conselho a ata será aprovada mediante manifestação individual no
304 chat da reunião on-line; e para convalidá-la, será assinada por mim e pela Presidente deste
305 Conselho.